



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº 1321/08	DATA: 14/10/2008
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 16h43min	DURAÇÃO: 1h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h51min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBERTO MOURÃO - Prefeito do Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - De acordo com o art. 50 do Regimento da Casa, mesmo não estando presentes os Deputados no recinto, mas estando na Casa, é permitida a abertura da reunião. Portanto, nesse caso, invocando o art. 50, § 2º, eu abro a reunião, para que nós possamos, Sr. Relator, fazer o andamento desta oitiva de hoje.

Esta reunião tem por finalidade a oitiva do Prefeito de Praia Grande, de São Paulo, Dr. Alberto Mourão, na qualidade de testemunha arrolada pelo Relator.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da nona reunião. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO** - Requeiro a dispensa da leitura da referida ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - A dispensa da leitura foi solicitada pelo Deputado Sérgio Brito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo que queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Correspondências recebidas.

Correspondência do Sr. Vílson Carvalho de Oliveira, Presidente do Instituto Luta e Solidariedade. Encaminha documentos relativos à entidade, prestando os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Relator. Também temos correspondência encaminhada pela Sra. Elza Pereira, Presidente do Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri, com os documentos solicitados pelo Relator relativos à entidade por ela presidida.

Eu tenho mais correspondências aqui também do Sr. Ricardo Fróes Lima, Chefe de Auditoria do BNDES, encaminhando cópia integral do processo e das respectivas atas de análise e aprovadas nos créditos para a Prefeitura de Praia Grande, para as Lojas Marisa; portanto, trata-se de documentos resguardados por sigilo bancário. Encontram-se à disposição esses documentos na Secretaria.

Justificativas de ausências apresentadas pelos convidados para prestarem os seus esclarecimentos aos Srs. Conselheiros: Sr. José Gaspar Ferraz de Campos, impossibilitado de comparecer em virtude de recomendação médica; Sr. Jamil Issa,



compromissos inadiáveis, pede para marcar um novo depoimento a partir do dia 9 de novembro — então, vamos marcar uma data a partir do dia 9 de novembro —; Dr. Marcos Vieira Mantovani reitera não poder comparecer pelas razões alegadas no convite anterior, seu estado de saúde. O que ele alegava? Depois quero ver o que ele tem, porque ele não cura. O advogado Ricardo Tosto não apresentou justificativa para a sua ausência.

Recebemos também relatório preliminar de imagens elaborado pelo Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

Dito isso, passamos à oitiva do Dr. Alberto Mourão, Prefeito da Cidade de Praia Grande, São Paulo.

Convido o Prefeito Alberto Mourão para que se sente nessa cadeira aqui. Está representando o Deputado Paulo Pereira da Silva o Dr. Antônio Rosella. Também convido o Dr. Reinaldo Moreira Bruno, advogado do Dr. Mourão, para que se faça presente à Mesa.

Quero dar as boas-vindas também aos senhores e lhes agradecer a disponibilidade de estar aqui nesta Comissão. Este Conselho, na verdade, tenta regrar os bons costumes desta Casa, por isso o senhor hoje é convidado como testemunha aqui no fato que está sendo encaminhado por este Conselho em relação ao Deputado Paulo Pereira da Silva.

Passo a palavra de imediato ao Relator, para que faça as considerações iniciais. Após isso, vamos permitir também um tempo para que o Prefeito também possa fazer as considerações iniciais e, então, começamos as perguntas pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prefeito Alberto Mourão, senhores advogados, senhoras e senhores presentes, inicialmente quero agradecer a presença ao Prefeito Alberto Mourão, do Município de Praia Grande, porque nós sabemos muito bem que este Conselho pode, no máximo, convidar. Não temos a prerrogativa de convocar. Portanto, a gente agradece a presença.

Existem duas representações contra o Deputado Paulo Pereira da Silva, uma vinda do Partido PSOL, e uma segunda vinda da Corregedoria desta Casa, oriunda de uma operação da Polícia Federal chamada Santa Tereza, que evidentemente o



senhor já tem conhecimento. E só para a gente lembrar, essa operação tinha como objeto identificar o tráfico de mulheres — evidentemente prostituição —, e nesse meio de caminho a Polícia interceptou algumas ligações telefônicas que diziam respeito a operações com o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Portanto, essas representações foram remetidas ao Conselho de Ética. Aberto o processo, evidentemente, tanto a Prefeitura de Praia Grande quanto as Lojas Marisa foram arroladas nessas operações com o BNDES, razão pela qual o senhor está aqui hoje.

A missão deste Conselho é uma missão extremamente, eu diria, espinhosa, porque fazer julgamento de colega não é fácil, mas nós temos isso como missão constitucional. O Conselho de Ética é um órgão desta Casa e por isso nós temos que cumprir também a nossa obrigação, a nossa missão de investigar se houve ou não falta de decoro do Deputado Paulo Pereira da Silva em todo esse envolvimento de desvio de recursos do BNDES.

Sr. Presidente, para terminar essa fase inicial, para a gente ouvir inicialmente o nosso Prefeito, para depois poder fazer alguns questionamentos, eu queria mais era pedir, Prefeito, a sua colaboração, porque a sociedade brasileira, no fundo, quer esclarecimento de tudo o que se passa na vida pública deste País. Nós somos um País ainda eticamente imperfeito, moralmente ainda bastante imperfeito. Estamos no octogésimo oitavo lugar entre as nações mais corruptas do mundo. Portanto, é um dever nosso esclarecer à sociedade porventura os erros que houver.

O senhor é um homem público. Nós temos a certeza de que a sua colaboração será objetiva não apenas pelo cargo que o senhor ocupa, de Prefeito, mas sobretudo porque o senhor já foi Deputado Federal por esta Casa. Passou aqui por 2 anos, conhece o funcionamento dela. Portanto, nós pedimos realmente a sua colaboração nesse processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Feito isso, passo a palavra ao Dr. Alberto Mourão, Prefeito de Praia Grande, para as suas considerações iniciais. Logo a seguir, então, o Relator começa as perguntas.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Queria estar saudando o Presidente da Comissão, Deputado Sérgio, o Relator Paulo e os Deputados. Eu queria dizer que



eu estou à disposição, até porque a Prefeitura de Praia Grande não tem nada a esconder em relação aos fatos noticiados ao longo de um grande período do mês de abril, maio e junho. Eu só queria deixar claro aqui que eu fui Prefeito no primeiro mandato de 1993 a 1996. Vim para esta Casa dois anos depois. Voltei a ser Prefeito, me reelegi Prefeito. E acabo de fazer o meu sucessor, até porque a sociedade de Praia Grande julgou os fatos quando resolveu dar continuidade a um Governo. Então, acho que está claro, pelo menos para mim, que fizeram muita marola. E a gente precisa amadurecer não só a questão do homem público no Brasil, não. A gente precisa amadurecer, Srs. Deputados, a questão de respeito aos direitos constitucionais. Ser acusado antes e ser escrachado em praça pública é fácil, o duro é depois você reconstruir isso. É muito difícil. E nós estamos passando por um processo eleitoral no País onde tudo se diz no momento eleitoral; se acusam as pessoas; marqueteiros de plantão fazendo o que não devem, que não respeitam as suas famílias. Porque quem não respeita a família dos outros no período eleitoral, possivelmente não respeita em nenhum momento a vida do cidadão brasileiro. E vimos, às vezes, marqueteiros que vendem produtos. Enganam a sociedade neste País vendendo produto errado durante a eleição, fazendo atrocidades com a sociedade. Então, eu diria que a gente precisa amadurecer em todos os sentidos. A democracia só existe quando existe o direito das pessoas respeitado. Hoje em dia é o seguinte: todo o réu é inocente até provem o contrário. Nós, no Brasil, passamos o seguinte: todo mundo é culpado até prova em contrário. Nós invertemos os fatores. Os direitos constitucionais do art. 5º da Constituição também não são respeitados mais: o direito à privacidade... Os direitos individuais do cidadão estão sendo violentados todos os dias. Se nós não atinarmos para isso, não vamos construir uma democracia neste País, não. Nós fazemos de conta que somos uma democracia. Eu queria começar a minha fala assim. Vou me colocar à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Dr. Alberto.

Passamos, então, a palavra ao Relator, que tem tempo livre; e depois aos demais Deputados, também ao Dr. Antônio, que substitui o Dr. Leônidas.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Obrigado, Sr. Presidente.



Prefeito Alberto Mourão, nós vamos evidentemente fazer alguns questionamentos que fazem parte tanto da representação quanto de algumas notícias que foram veiculadas via imprensa, é claro. Se a gente porventura repetir, o senhor perdoe, porque o processo realmente é amplo e bastante complexo.

O senhor conhece o Deputado Paulo Pereira da Silva?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Pessoalmente ou porque ele é um homem público, Deputado Federal da Força?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Porque ele é um homem público, liderava uma Central Sindical e automaticamente... Eu sou Prefeito da cidade onde tem 54 colônias. Essas 54 colônias têm sede dos sindicatos tanto de ambas as forças sindicais e, automaticamente, todos os congressos das entidades, principalmente da Força Sindical, que tem maior número de colônias na cidade de Praia Grande, acabam ocorrendo lá. Eu, como autoridade constituída nesse Município, participei diversas vezes de encontros, inclusive com o Ministro do Trabalho, que esteve lá na última vez.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Relacionamento pessoal? É só profissional o relacionamento do senhor com ele?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Estritamente profissional.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - A Prefeitura de Praia Grande contraiu um empréstimo do BNDES. Isso é fato. Esse foi o primeiro empréstimo contraído pela Prefeitura de Praia Grande ou houve outros na sua gestão, ou em outra gestão, de que o senhor tenha conhecimento?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, a Prefeitura de Praia Grande nunca teve nenhum empréstimo concedido, não requereu nunca. Foi o primeiro.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O primeiro. Qual o objeto desse empréstimo? Quais são as obras do Programa de Aceleração do Crescimento que nós conhecemos no processo? Para que se destinavam esses recursos do empréstimo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eles se destinavam a fazer obras de macrodrenagem, de microdrenagem, melhorias das condições habitacionais, saneamento básico.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Bom, eu queria que o senhor descrevesse, por favor, como é que foi o rito, esse procedimento desde o primeiro contato que o senhor teve com alguém do banco até a liberação do pagamento às prestadoras de serviços dentro desse processo. Gostaria que o senhor desse uma descrição ao longo dessa caminhada, por favor.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Nós, em 1996... Até 1996, na realidade, o Brasil não tinha taxas de juros exequíveis, possíveis e palatáveis para a gente tentar fazer alguma coisa, principalmente as prefeituras. Só as grandes prefeituras é que conseguiam contrair empréstimos. O nosso Presidente aqui sabe muito bem, porque foi Prefeito. Até 1996, a gente não tinha uma linha de crédito para financiar as prefeituras médias e pequenas. Apareceu o Banco Mundial, com o Governo Federal abrindo essa possibilidade, fazendo o aval desses financiamentos. E logo a seguir sinalizou o BNDES, no primeiro semestre de 2006. Eu acabei optando pelo BNDES, porque o rito era mais rápido. Você tinha menos burocracia. Você teria que passar pelo Senado a aprovação para contrair uma dívida externa. Então, nós optamos pelo BNDES. Fizemos a carta consulta. A carta consulta é o instrumento que você faz para ver se enquadra no programa que o Governo quer financiar, se atende as necessidades. Porque, de repente, no caso, se você colocar muita pavimentação em um sistema desses, ele não se enquadraria. O que você quer é melhorar a qualidade das pessoas, no sentido de macrodrenagem, de microdrenagem, de saneamento. Então nós remetemos, os técnicos remeteram para o BNDES no Rio de Janeiro. Não houve contato inicial. A carta consulta... É feita uma documentação, onde se manda um perfil das obras que você quer alcançar. Depois eles dizem se você está enquadrado ou não. Esse enquadramento é uma pré-aprovação. Então, nós diríamos que mandamos essa documentação em julho; quando foi outubro, nós recebemos a carta do BNDES de que a cidade de Praia Grande estava apta a receber, do ponto de vista financeiro, contrair empréstimos até, acho, 280 milhões na época. E nós tínhamos que as obras que nós requeremos se enquadravam dentro do programa a ser financiado pelo BNDES. Isso foi em outubro de 2006. Eu queria lembrar aqui que em outubro de 2006 o Deputado nem era Deputado. Em 2006, nós já tínhamos aprovado no BNDES. O Deputado Paulo... Paulinho não era Deputado.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Nesse contato inicial, com a carta consulta, a Prefeitura fez isso diretamente ao BNDES ou ela usou outros instrumentos de consultoria para poder fazer essa carta consulta?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, não fez nenhum instrumento de consultoria.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Foi direto?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Foi direto ao BNDES.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Diretamente. Está certo.

Bom, nós ouvimos aqui o Diretor do BNDES, Sr. Élvio Lima Gaspar. Nas palavras dele, ele disse o seguinte: *“Se o senhor me permitir, eu vou falar com a maior delicadeza possível, para evitar uma palavra. Se me fosse possível sugerir uma mudança, eu diria que esta Comissão não deveria apurar os desvios de recursos do BNDES, mas deveria apurar os desvios de recursos da Prefeitura de Praia Grande e das Lojas Marisa”*. Quer dizer, isso insinua alguma coisa, com relação ao Diretor do BNDES, ao senhor ou não?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, em hipótese alguma. Eu até acho que o BNDES foi de uma lisura muito grande na aprovação de todos os trâmites dentro do BNDES. Não diria rapidez, até porque, no primeiro momento, o Governo só estava recebendo os pedidos de financiamento. O percurso foi muito grande. Depois do enquadramento, nós tivemos alguns caminhos a tramitar. Ocorreram reuniões aqui em Brasília, inclusive com a Ministra Dilma Rousseff, porque a aprovação disso dependia da prioridade, do tamanho da disponibilidade financeira que eles teriam. Depois, tivemos reuniões em São Paulo com diversas Prefeituras e Secretarias Estaduais, onde se discutiu novamente o que se cortar, porque o cobertor era curto, como se falava. E naquela época até pleiteava fundo perdido, não pleiteava financiamento. Eu queria fundo perdido, porque não queria endividar a Prefeitura. Na época, eu disse assim: *“O prêmio que eu recebi por sanear a minha Prefeitura foi ganhar um financiamento”*, porque as prefeituras que não sanearam o seu município receberam fundo perdido. E a prefeitura que saneou, quer dizer, colocou o caixa em ordem, não deve nada, não tem um centavo de dívida, nem flutuante... A flutuante nossa é muito pequena. A flutuante é zero e a nossa consolidada é pequeníssima, por isso eu tive a capacidade de endividamento alto. Eu disse que o prêmio que eu





recebendo é ter sido correto durante dois mandatos e início do terceiro. E consegui que a Prefeitura entrasse no eixo, mas falei assim: “*É melhor um financiamento do que nada, porque você pode antecipar muito da solução dos problemas da sociedade*”, porque a obra atingia aproximadamente 100 mil pessoas nos dois bairros que nós tínhamos de estar fazendo. Então, automaticamente, era uma obra importante do ponto de vista social. E nós queríamos antecipar até futuras despesas porque, a partir do momento em que você faz esse investimento, você antecipa redução de custeio. Quem foi prefeito sabe muito bem. A manutenção de certas áreas periodicamente, repondo aquilo que você pode prevenir com a execução dessas obras, vai dar... Aliás, até faz parte dos cálculos para você fazer a amortização da dívida o quanto você vai reduzir os seus gastos de custeio em decorrência dos investimentos que você vai fazer. Você leva em consideração isso, leva em consideração o crescimento vegetativo da receita do Município, através de novas atividades econômicas que podem derivar dessa atividade que você está executando. Enfim, você leva todo um perfil para você provar que tem capacidade de amanhã amortizar não só os juros, mas o principal ao longo do período de amortização. Quanto a ele falar, ele disse no ponto de vista técnico. É óbvio que... Uma coisa em tenho certeza absoluta: não houve desvio de dinheiro público. No começo, o que se falou muito era que o empréstimo era irregular. Eu ficava lendo o jornal e ficava abismado. Como é que pode ter um empréstimo irregular se tem que passar pela Secretaria do Tesouro Nacional a aprovação? Como que pode ser irregular se o banco, o BNDES, tem que seguir as normas bancárias mundiais, até porque, senão, ele estaria com problemas enormes, até com essa crise internacional que nós estamos vivendo agora. Então, eu falava: “*Onde está o erro de aprovação de dois instrumentos tão importantes?*” Depois... Eu acho que a língua da gente é muito solta, e as pessoas, no começo: “*Desviaram 10 milhões*”, depois virou 3 e depois virou 300 mil reais. Se bobear, vai virar troco, cinqüenta centavos, porque eu não sei onde acharam 10, depois não acharam 3, e depois acharam 300. Uma coisa é certa: eu não tinha nem recebido... Só tinha recebido 20 milhões até aquele dia. E não tinha gasto os 20 milhões. No dia em que saiu a notícia, no dia 24 de abril, eu não tinha gasto 10 milhões do dinheiro que eu recebi. A pergunta é: sumiram 10 milhões. A Prefeitura não tinha conseguido gastar os 10!



**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Fora a Prefeitura e, evidentemente, o BNDES, que são dois órgãos públicos, quais outras instituições, empresas que participaram desse processo, tanto na fase do projeto quanto na fase da execução da obra?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Está falando das obras, execução das obras? A realidade é que é um financiamento de 153 milhões, não é 123. Foi aprovado um contrato de 123 na primeira fase e o resto ficou para a segunda fase. Então, nós ainda temos... Porque a primeira fase é saneamento e habitação. A segunda fase é acessibilidade, mobilidade urbana. Mobilidade urbana são viadutos, etc., para melhorar o sistema de transporte coletivo das cidades. Como a mobilidade urbana estava contingenciada, eles liberaram, através do PAC, o primeiro processo, que era o processo de saneamento básico e habitação. Assinamos esse primeiro contrato, que envolve 12 obras, num processo de liberação de 3 anos. É outro equívoco. Ninguém recebeu 123 milhões. Esse processo vai ser liberado em 3 anos, o financiamento; 8 anos para serem pagos; e as licitações ainda vão ocorrer. Só temos agora 4 licitações; 8 vão ocorrer em 2009, fora da minha gestão. Eu até poderia ter licitado essas obras nesse período porque eu já tinha assinado o contrato, mas eu achei melhor... Aliás, o que a gente tem que apurar é o cartel de ferro e cimento neste País. É um absurdo o que está acontecendo com os valores de ferro e cimento crescentes. Isso nós temos que apurar, para ver o que está acontecendo. É só começar a aquecer a construção civil que os valores vão lá na estratosfera, e as Prefeituras ficam apertadas, porque têm contratos em andamento, e começam pedir equilíbrio do contrato. Então, conscientes disso, o que nós fizemos? Vamos só administrar o que nós temos para executar neste ano, porque no ano que vem o preço pode cair, como já começa a sinalizar. Em decorrência da crise internacional, a habitação já começa a desacelerar, e daqui a pouco eles estão baixando os preços. E volta a especulação neste País. Este é um País de especulação. Ainda não aprendeu a ter empresário.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Prefeito, o relatório que o BNDES nos remeteu aqui para o Conselho cita textualmente que não recomenda a contratação de consultoria para essa relação de qualquer empresa pública ou privada com o



BNDES. Então, por que a Prefeitura contratou a empresa PROGUS para essa relação com o BNDES?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Olha, a Prefeitura não contratou a PROGUS para fazer esse serviço. Nós inclusive já remetemos essa documentação para o processo da Polícia Federal, onde consta uma certidão de que a Prefeitura não contratou essa empresa. Então, não existe a contratação dessa empresa na Prefeitura. E, se o Sr. Relator quiser, eu posso mandar uma cópia inclusive do enquadramento de 2006 do BNDES, oficiando a Prefeitura, como também uma certidão de que essa empresa não foi contratada pela Prefeitura.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Mas o senhor tem conhecimento de que a TERMAQ pode ter contratado a PROGUS? O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Olha, eu não posso responder pelo o que uma empresa faz. Se ela contrata alguém para lhe assessorar, a responsabilidade é dela. Ela assume o ônus do que fez, e eu não posso falar em nome deles. Aliás, até porque nessas obras não está uma empresa só. Você tem mais 4 empresas fazendo obras nesse setor, nesse mesmo projeto do PAC.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Sobre o processo de licitação dessa primeira fase dessa obra de que a TERMAQ, que é uma empresa de engenharia, participa, o senhor podia falar para nós sobre o processo de licitação?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Essa é uma licitação que já estava em andamento. Nós começamos essa obra em mil novecentos e... Em 2001, 2002. Não lembro o número do processo. Eu quero precisar só a data da licitação. Bom, essa licitação foi feita para uma obra de 86 quilômetros de rua, com 7 canais, mais ou menos uns 20 quilômetros de canais de macrodrenagem, canais grandes, enormes, canais, às vezes, com 12 de boca por 3 de altura. Quem foi Prefeito sabe o que é um canal desse, que recebe refluxo da maré. Então, a gente, na verdade, trabalha com armazenadora, é um grande piscinão, recebendo as águas da chuva. Quando a gente tem maré de 1.60 com uma chuva pesada, de 6 milímetros, sai de baixo porque vai morrer gente afogada. O Prefeito vai dormir de noite pensando: "Não pode chover hoje". O processo é de 2002.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - De 2002.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Então, essa licitação foi feita. Nós tocamos com recursos próprios durante todos esses anos, e, quando apareceu a possibilidade do financiamento, dentro do processo de financiamento, lá tem a possibilidade de você... Você tem a contrapartida que você tem que apresentar. E nós aproveitamos... Como essa obra se enquadrava dentro do sistema, incluímos ela dentro do sistema. Por quê? Tecnicamente, tudo o que você investiu nos últimos 6 meses, antes da carta consulta, entra como contrapartida. Certo? Aqueles que foram do Executivo sabem disso. Isso quer dizer o seguinte: tudo aquilo que nós tínhamos gasto nessa obra, de cunho social, até o mês de outubro virava contrapartida e, automaticamente, reduziria a necessidade de investimento da Prefeitura, que já estava fazendo investimentos nessa obra, porque, se ela tivesse que fazer a contrapartida além dos valores que ela já estava investindo, ficaria muito mais difícil. Teríamos de levar uma contrapartida de vinte e poucos milhões. Quando saiu o financiamento em dezembro, nós já tínhamos executado totalmente a contrapartida da Prefeitura. Quer dizer que eu já executei a contrapartida para o meu sucessor. A contrapartida foi de 29 milhões, 915 mil, 878 reais. Quer dizer, deixei o meu sucessor à vontade também, porque não vai ter que fazer contrapartida.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Num relatório de acompanhamento das obras de Praia Grande, relatório evidentemente público, é informado que a Construtora e Pavimentadora Latina, vencedora da licitação, teria cedido à TERMAQ, segunda colocada na licitação, os direitos e obrigações do Contrato nº 134, de 2003, Processo nº 20.420, de 2002, e que problemas particulares envolvendo a saúde — assim está no relatório — dos dirigentes foi motivo apresentado para cessão do contrato.

O senhor poderia informar a este Conselho por que os dirigentes da construtora cederam um contrato dessa ordem, 123 milhões, 124 milhões...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Questão de ordem do Deputado José Carlos Araújo.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, eu queria ponderar com o nobre Relator. Nós tínhamos de perguntar na investigação o que é que tem ligação com o Deputado Paulo Pereira. As coisas que tiverem ligação. Nós não estamos aqui para ouvir a investigação sobre a Prefeitura de Praia Grande; nós não estamos aqui para investigar a Prefeitura, até porque não é nossa competência. Nós temos de apurar e ver tudo aquilo que tem ligação com a Prefeitura. Não estamos aqui para ver o Prefeito fazer o *marketing* das obras que ele fez, que deixou de fazer. Não é este o problema. Não estamos aqui para assistir a esse tipo de coisa. Temos que ver quais são as ligações que tem a empresa tal ou o Deputado Paulo Pereira com o Prefeito e com a Prefeitura de Praia Grande, qual o dinheiro que ele recebeu de comissão, ou qualquer coisa desse tipo. Agora, investigar a licitação da Prefeitura aqui e acolá não é a nossa finalidade, aqui nesta Casa, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo, no início, o Prefeito, que está aqui como testemunha, como convidado, disse que quando teve o projeto aprovado pelo BNDES, em 2006, o Deputado Paulinho nem era Deputado. Foi a inicial dele.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu vi o início.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas o que eu estou ponderando é que nós estamos numa perda de tempo. Eu quero saber, o que nós queremos saber, nós estamos aqui para apurar é o envolvimento do Deputado Paulo, Paulinho da Força, com a Prefeitura, com o empréstimo que tomou. Se tem envolvimento, se houve repasse de dinheiro, se ele teve alguma comissão, se indicou alguma construtora.

Agora, como foi feita a licitação... É um processo administrativo, interno, da Prefeitura. Se foi feito para lá ou para cá, não cabe a nós investigar processo interno de licitação de Prefeitura. Não é essa a nossa finalidade. Nós temos que ver isso no TCU, que é o órgão que deveria ser auxiliar desta Casa, e nós tínhamos o direito de fazê-lo. Mas as Prefeituras, para isso têm os Tribunais de Contas dos Municípios, que o fazem, e eu tenho certeza de que São Paulo deve ter. Agora, eu não estou aqui para ouvir o Prefeito fazer o *marketing* da Prefeitura, da obra, da contrapartida.



Prefeito, me perdoe. Deve ter feito uma boa administração. Não estou aqui discutindo esse assunto.

V.Sa. também está se queixando da construtora. Na minha terra, na Bahia, diz-se o seguinte: tem lá, no Largo 2 de Julho, o caboclo. Quando as pessoas estão se queixando muito, a gente recomenda que vá para o pé do caboclo. V.Sa., se tiver se queixando das suas construtoras, pode ir à Bahia, e o caboclo lá da 2 de Julho vai aceitar as suas reclamações.

Mas neste momento, Sr. Presidente, nós temos de investigar o envolvimento do Deputado Paulo da Força com a Prefeitura de Praia Grande ou com o Prefeito. Fora disso, licitação... Eu não tenho competência, nem vim aqui para ouvir como é que foi feita a licitação da Prefeitura de Praia Grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - O.k.

Deputado Paulo Piau.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Eu fiz uma pergunta ao Prefeito e gostaria da resposta.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - É bom esclarecer, porque fica claro, o seguinte: essa empresa, a Latina, foi a que ganhou a concorrência, em 2002, desse contrato. Executou praticamente 70%, 50%, 60%, acho que mais um pouco, 60%. E o que aconteceu? Ela entrou em processo de falência, que eles chamam de liquidação, de recuperação judicial. Agora é recuperação judicial. Por quê? Porque o Presidente da empresa teve um AVC, está incomunicável — não fala, não escreve, nem nada —, e a empresa entrou em derrocada, por ser ele o grande chefe dela, e — em 2006 isso —, durante toda essa tramitação, ele acabou ficando doente — acho que foi em agosto mais ou menos, não quero precisar. A empresa, então, foi rapidamente entrando em problemas e, em fevereiro, parece, esse contrato foi passado para a TERMAQ, porque ela era a segunda vencedora, e eles substabeleceram, porque ela não tinha condições de tocar mais nenhuma obra. Ela parou todas as obras. Não foi só na cidade de Praia Grande; a cidade de Santos também passou obras para os outros segundos colocados.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Sr. Presidente, eu queria perguntar ao nosso Prefeito se ele conhece uma pessoa por nome Manuel Fernandes Bastos, chamado Maneco.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Conhece?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Qual a relação do senhor com ele?  
Relação de amizade, relação profissional?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Relação profissional, de Prefeito, como tenho relação com todas as pessoas da cidade. Recebo todos os empresários e políticos — é a função minha — para tratar de assuntos de interesses da coletividade ou de interesses individuais...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. O senhor sabe que ele é...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Para mim, quando a pessoa é amiga, você freqüenta a casa dela constantemente, abre suas portas, tem relações familiares mesmo. A gente pode ter muitos conhecidos; amigos, a gente pode falar que não dá para contar na mão direita nem esquerda.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O senhor tem conhecimento de que ele tem uma empreiteira chamada Fernandes Bastos Construtora? E já fez alguma obra para o senhor no Município?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não sabia que ela tinha a razão social de empreiteira. Ela é uma construtora, construção civil, normal. Eu também sou empresário da construção civil há 35 anos. Mas ela nunca fez nenhuma obra para a Prefeitura.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. João Pedro de Moura. O senhor tem conhecimento dessa pessoa?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu o conheci um dia, no Rio de Janeiro, numa reunião a que fui, ao BNDES, para explicar tecnicamente. Ele estava nessa reunião com os demais Conselheiros. Eu fui ouvido lá para fazer a apresentação do projeto, a defesa oral do projeto. Foi o único dia. E uma vez ele esteve na cidade e me pediu uma audiência para resolver o problema de um *shopping* que tinha uma dívida com a Prefeitura, uma dívida de impostos. Ele queria uma solução, e eu falei que a solução seria o parcelamento, até porque eu não tinha outra solução técnica.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Eu estou perguntando porque, no depoimento dele à Justiça, ele faz referência a essa combina com a Prefeitura,



inclusive do valor dessa prestação de serviço com relação ao projeto, o valor da ordem de 2%. E a própria imprensa trouxe isso.

Nós sabemos, infelizmente — digo isso concordando com o senhor —, da falta de direitos individuais hoje no Brasil. Realmente, é um processo que devemos estancar. Mas, infelizmente, os vazamentos de informações existem, e a imprensa relatou isso de uma certa feita, e ele declarou à Justiça que realmente houve uma combina de 2% do valor do projeto para que ele prestasse esse serviço à Prefeitura de Praia Grande. Isso está lá. Quer dizer, é uma questão para a gente checar se ele mentiu ou não mentiu em juízo, mas isto está lá relatado.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu queria só fazer um conserto aqui.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Sim.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Ele não falou isso, até porque nós acompanhamos todos os depoimentos das pessoas. Eu até diria que isso está num relatório da Polícia Federal. Nos autos do processo, ele não disse isso. Isto está num relatório que é um somatório de transcrições. Então, uma transcrição daqui, vai juntando, e faz-se uma redação completa, faz-se um livro.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - É. Isso... Eu não estou com o depoimento dele aqui, mas a gente pode...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu tenho certeza absoluta disso, até porque eu ouvi todos os depoimentos de todas as pessoas...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - ... checar, inclusive, as transcrições via imprensa... Evidentemente que a gente tem que levar em consideração qualquer tipo de informação aqui para nós.

O montante de liberação de recursos do BNDES são 124 milhões, não é isso? O senhor já se referiu, não é?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Cento e vinte e três e...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Novecentos.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - ... novecentos. Recebemos, no ano passado, 20 milhões e, neste ano 20, ainda em execução.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - E as obras estão em andamento?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Estão em andamento. O contrato de uma dessas empresas não é de 123 milhões. São diversos contratos: contratos de 30





milhões, contratos de 23, contratos 15, contratos de 8, de 10. Depende da obra a ser executada.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O Sr. Marcos Mantovani. O senhor conhece essa pessoa?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Não? Bom, se não conhece, não há razão para fazer outra pergunta.

O senhor conhece o Sr. Ricardo Tosto?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu ouvi falar no jornal, no dia em que ele foi preso. Eu até confesso a minha ignorância jurídica nesses assuntos, porque eu não sabia que ele tinha um escritório tão grande em São Paulo, uma banca tão renomada. Então, para mim, foi uma surpresa.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k.

José Carlos Guerreiro. O senhor conhece essa pessoa?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Conheço. Ele é o dono da empresa que trabalha lá! Como conheço o Décio Marganelli, que é o dono da empresa anterior.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - A relação do senhor, evidentemente, é uma relação só profissional, de trabalho?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Só profissional também.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - A TERMAQ já executou outras obras para a Prefeitura?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Já.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Bom, apenas para a gente confirmar, não houve nenhum acerto da Prefeitura de Praia Grande com a empresa PROGUS?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k.

O senhor já ouviu falar das ONGs Meu Guri, Luta e Solidariedade, Data Brasil?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Até o dia que saiu no jornal, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Quem é que fazia essa relação — evidentemente, o senhor fazia parte —, na sua gestão? O senhor tinha um Secretário de Obras chamado Jamil. Ele fazia alguma relação tanto com a



empreiteira quanto com o BNDES? O senhor delegava para ele alguma função dessa natureza?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, meu Secretário de Obras não é o Jamil, não; meu Secretário de Obras é o Luiz Fernando.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Foi.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, nunca foi.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Bom, assim está constando.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Ah! Então, está constando errado. Ele nunca foi Secretário de Obras.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. O.k. Está bem. Informação boa.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Ele foi, no passado, Secretário de Urbanismo, que é a Secretaria de Obras Particulares, que é uso e ocupação do solo no Município.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - No seu Governo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - É, no começo do Governo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Está bem.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Mas ele não foi Secretário de Obras Públicas. Nunca foi. Nunca exerceu essa função. E tinha saído da Secretaria e sido levado para fazer o processo de assessoramento de gabinete.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O senhor participou, na Força Sindical, de alguma reunião para tratar desse financiamento do BNDES?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Nenhum auxiliar, assessor seu participou?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O senhor tem conhecimento de que lá foi tratado desse assunto?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Eu estou dizendo isso porque no relatório do BNDES, inclusive confirmado aqui pelo Diretor, diz que o BNDES participou de relação na Força Sindical e tratou dos 2 assuntos, tanto das Lojas Marisa quanto da Prefeitura de Praia Grande. Eu só queria confirmar, ver se o senhor tinha conhecimento disso.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, até porque, se eu tivesse tido uma reunião para tratar disso lá, automaticamente esse senhor mesmo teria dito que eu estive lá nessa reunião. E, como eu volto a dizer, se eu aprovei o financiamento já em 2006, para que eu ia ter uma reunião na Força Sindical em 2007, 2008?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Bom, eu estou dizendo isso porque exatamente o Sr. Elvivo Lima Gaspar não teve, mas realmente confirma — está no depoimento dele aqui — que realmente o BNDES foi convidado para estar na Força Sindical, cujo Presidente é o Deputado Paulo Pereira da Silva, e que lá foi tratado desse assunto e que a recomendação do Diretor do BNDES foi exatamente procurar o BNDES. Assim foi o depoimento dele aqui. Mas, evidentemente, precisávamos dessa confirmação do senhor, se o senhor tinha ciência desse fato ou não. Isso é importante para a nossa visualização.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Olha, a primeira vez que eu vi o Elvivo foi em dezembro de 2007, quando ele foi à Prefeitura de Praia Grande para assinar o contrato de financiamento. Foi a primeira vez que eu vi o Elvivo, o primeiro contato, em que eu vi que ele é o Diretor chefe do terceiro escalão do Banco. Foi o primeiro contato que eu tive. Assinamos o contrato e fomos até as obras. Ele foi conhecer o local onde iam ser realizadas as obras. Tem fotos nos jornais da época mostrando o impacto daquela obra. Então, foi o único contato que eu tive com o Elvivo e diria que ele foi extremamente profissional.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - E eu tenho certeza absoluta de que eu não tive um contato sequer com o Sr. Paulo, da Força Sindical.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Isso é mais certeza do que 2 e 2 são 4, hem?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Só resumir, Sr. Presidente, para ver se tem mais alguma questão que gostaríamos de perguntar ao Sr. Prefeito.

O senhor lembra de quantos por cento foi a contrapartida da Prefeitura?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Vinte e nove milhões. É 20% do valor do financiamento que você tem que dar de contrapartida.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Eu quero insistir um pouquinho. Além do senhor, tinha outra pessoa na sua assessoria do senhor que tinha essa responsabilidade dessa relação com o BNDES ou com a execução das obras?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Olha, a documentação é complexa. Você envolve todas as Secretarias. Primeiro, você tem que ter um projeto básico, um orçamento básico dessas coisas, mostrar o impacto social que ele tem. Para você mostrar o impacto social, você envolve as Secretarias de Promoção Social, de Habitação, de Urbanismo, você envolve a Secretaria de Obras, a Secretaria de Planejamento. Todas elas se envolveram. É uma pilha de documentos interminável que você tem que juntar. Depois, a Secretaria de Finanças, que tem de juntar a documentação adequada para provar que ela tem capacidade financeira para absorver esse financiamento. Então, eu diria que não teve só uma Secretaria. Quem tocou toda a documentação foi o Secretário de Obras, lógico, que é o Luiz Fernando Lopes.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Sr. Presidente, como última pergunta, evidentemente, quero pedir desculpas ao nosso colega Zé Carlos, mas a nossa função aqui é árdua, Deputado. O processo é complexo e, portanto, o Prefeito está aqui, e queremos realmente saber o máximo de detalhes, porque a responsabilidade de fazer um relatório desse não é brincadeira. Seja para o norte, seja para o sul, gostaria que os nossos colegas Conselheiros tivessem a ciência absoluta de que nós temos isenção total e absoluta nesse processo. Mas é claro que a Casa vem sendo achincalhada, e temos responsabilidade com a Casa. Este Conselho tem uma responsabilidade muito grande, e não apenas o Relator. Evidentemente, que eu também tenho responsabilidade com tudo isso. Muitas vezes a falta de decoro, ou quase sempre, não significa um crime realizado. Isso já foi dito aqui. Falta de decoro muitas vezes é envolvimento com alguém que cometeu algum crime, algum ilícito. Razão pela qual nós queremos saber detalhes inclusive da própria Prefeitura de Praia Grande.

Às vezes o senhor pode pensar que é falta de tema, mas nós, que estamos pensando nesse processo dia e noite, temos razões para realmente questionar o Sr. Prefeito.



Acho que tivemos aqui informações importantes, como, por exemplo, consta que a PROGUS tem envolvimento com a Prefeitura. E o Prefeito está dizendo aqui que nunca contratou a PROGUS. Quer dizer, é um fato interessante.

Nós sabemos muito bem e eu digo na imprensa, porque nós estamos aqui com um processo sob segredo de justiça, e não podemos, esse é um dificultador nosso, porque gostaríamos de estar abrindo outras coisas aqui, mas a imprensa revelou essa questão dos 2%, dos 4%, inclusive com alguma conversa envolvendo o próprio Prefeito com as pessoas envolvidas, o João Pedro de Moura, nessa discussão de 2%, 4%. Isso está na imprensa brasileira, razão pela qual queremos saber desse envolvimento.

Mas o Prefeito vem aqui e diz que não. Quer dizer, isso para nós é uma informação importante. Mas há uma informação divergente do restante da matéria. Então, a informação do Prefeito *versus* a do Sr. João Pedro de Moura. Nós vamos confrontar e verificar se existem mentiras nesse projeto ou não. Essa é a nossa grande missão e a nossa grande função.

Evidentemente, o senhor vai me perguntar: *“Mas o que isso tem a ver com Paulo Pereira da Silva?”* Tem a ver, porque, na verdade, as pessoas envolvidas, que estão sendo denunciadas de envolvimento têm muito envolvimento com o Deputado Paulo Pereira da Silva. Agora, caberá a nós do Conselho dizermos o seguinte: Olha, nós, como políticos, temos envolvimento com todo o mundo. É um raciocínio. Houve falta de decoro ou não.

Na verdade, essa é a nossa missão e a nossa função aqui, razão pela qual estamos fazendo todos esses questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Quero agradecer ao Relator, que pode voltar a falar a qualquer momento, e registrar a presença dos Deputados Paulo Piau, Sérgio Brito, Fernando Melo, José Carlos Araújo, Mário Heringer, que representa o PDT e que sempre faz vigilância nesta Comissão, Leonardo Monteiro, Marcelo Ortiz, Antônio Andrade e Ruy Pauletti, que chegou neste instante.

Espero que todos tenham tido uma boa passada pelos seus Estados nas eleições, até porque foi um massacre em todos os municípios. Eu até posso falar de barriga cheia, porque consegui eleger todos da minha região e fico feliz. Espero que



os senhores também tenham tido a mesma sorte. Coloquei inclusive a minha mulher como Prefeita e o meu filho como Vereador.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Como é?

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - Nepotismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Nepotismo. Depois da mão que a revista *Veja* me deu, não tive mais problema nenhum, elegi todos que quis na minha região.

Dr. Antonio Rosella, V.Sa. não tem procuração do Deputado Paulo, por isso não posso lhe passar a...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Certo.

Então, o primeiro inscrito.

Eu passo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo, do PR da Bahia, que conhece inclusive os caminhos para o bem-estar na Bahia, para que as pessoas se sintam bem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados.

Meu caro Relator, não tenho dúvida de que V.Exa. está procurando, da melhor forma possível, averiguar todos os pormenores desse processo. V.Exa. já demonstrou neste Conselho quão cioso que é das missões que lhes são atribuídas. E V.Exa. tem-se incumbido muito bem. Tenho certeza absoluta disso.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, eu acho que em homenagem à Bahia, o Presidente se ausentou, deixando o Deputado Sérgio Brito na Presidência deste Conselho por este breve momento.

Sr. Prefeito, tem-se falado muito aqui neste empréstimo. E eu fiquei até surpreso com algumas coisas. No meu Estado, o BNDES é agente repassador. Quando se quer contatar com o BNDES, procura-se o Banco de Desenvolvimento do Estado que cuida de toda a documentação. E a partir daí se contrata com o banco, e o BNDES é agente repassador.

Neste caso específico, o BNDES agiu diretamente. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: quem coordenou esse projeto todo que foi dado entrada no



BNDES? O senhor contratou uma empresa de consultoria para que fizesse a interligação entre as Secretarias? O senhor designou um Secretário? O senhor teve alguém ou...? Como é que isso aconteceu?

Porque é um projeto grande, muito dinheiro, complexo, não é de uma única Secretaria. E nós sabemos que dirigir iguais é um problema. Então, uma Secretária não podia interferir na outra. Então, logicamente tem que ser nomeada pelo Prefeito ou contratada pelo Prefeito uma empresa, uma consultoria para desenvolver esse projeto para ser dado entrada no BNDES. Houve isso? O coordenador ou a empresa foi consultoria contratada?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, não houve nenhuma empresa contratada. E o coordenador foi o Luiz Fernando Lopes, que era o Secretário de Obras, que na verdade tinha de juntar a maior parte da documentação, a principal, que eram os orçamentos, que eram todos os projetos básicos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Como o BNDES foi procurado?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Por uma carta consulta. Você manda a documentação...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu conheço, eu conheço o processo. Mas alguém foi...? Para ter a carta consulta na mão, alguém fez o contato com o BNDES para poder ver. Quem foi o primeiro contato com o BNDES?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Foi o Luiz Fernando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Luiz Fernando.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Luiz Fernando. Eu determinei para ele que levantasse pelo *site* do BNDES o que precisava de documentação. Levantou toda a documentação, separou a documentação para a carta consulta, que não é tanta documentação em início, e remeteu para lá.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dessas empresas que trabalham na sua Prefeitura, qual delas tem envolvimento com o Deputado Paulo Pereira?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não tem conhecimento disso?



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não tenho conhecimento nenhum.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O Deputado Paulo Pereira nunca o procurou para tratar desse empréstimo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Nunca me procurou para tratar de nada, nem do mandato dele, até porque...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quantos votos o Deputado Paulo Pereira teve no seu município?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nunca foi votado?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não tenho idéia de quantos votos ele teve lá porque...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não foi votado pelo senhor.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu sou do PSDB.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não teve o seu apoio?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não teve o seu apoio.

O senhor fez alguma reunião política com o Deputado Paulo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nunca fez.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - A base dele é diferente, a base sindical. E eu...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu fico surpreso quando vejo aqui — não participei, não vim a essa reunião — que um diretor do BNDES diz que o BNDES vai à Força Sindical discutir empréstimos para a Prefeitura de São Paulo.

E aí eu queria ver. Eu vou sugerir ao Presidente, ao Relator, que convoque o Presidente do BNDES atual e o da época para explicar, porque isso não é usual. Não é normal um banco do Governo ir à Força Sindical propor fazer empréstimo para Prefeituras ligadas à Força Sindical. Há alguma coisa errada nesse caminho aí. Se ele tivesse ido à Confederação Nacional dos Municípios abrir o programa do BNDES para as Prefeituras do Brasil inteiro, eu aceito. Agora, ir à Força Sindical oferecer empréstimo, discutir empréstimos para as Prefeituras, há alguma coisa estranha.





E mais ainda: foi discutido um empréstimo para a empresa particular, que é a Marisa, e mais uma Prefeitura. Não estou entendendo. Na hora em que o BNDES se propõe a discutir o empréstimo de empresas particulares numa Força Sindical, há alguma coisa de errado. E não é com a Força Sindical nem com a Marisa, mas com o BNDES. O BNDES vai se propor a discutir um assunto desse numa reunião de Força Sindical! O errado neste caso é... Em uma reunião dessa tudo pode acontecer. Agora, o BNDES se propor a discutir um assunto desse na Força Sindical, no plenário da Força Sindical ou numa reunião fechada com a Força Sindical, há alguma coisa errada, Sr. Relator!

Temos de chamar aqui o Presidente do BNDES para explicar por que o BNDES foi a uma reunião da Força Sindical discutir esse assunto. É o que temos de discutir, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Carlos Araújo, a Força Sindical inclusive tem bancada dentro do BNDES...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não tem bancada no BNDES, tem um representante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Tem um representante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ele indica uma pessoa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Como conselheiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Há uma diferença, Presidente. É uma diferença muito grande. O conselheiro indicado pela Força Sindical vai ao BNDES discutir as políticas do BNDES global para o Brasil. É uma coisa. Outra coisa é o BNDES ir à Força Sindical para discutir empréstimo de empresas particulares. Coisas completamente diferentes! Completamente diferentes!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Concordo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não cabe na minha cabeça. O BNDES tem lá vários segmentos representantes dos metalúrgicos, da força patronal, disso e daquilo. Tem! Eu inclusive já fui conselheiro de uma empresa de telecomunicações de Minas Gerais. Fui lá como conselheiro. Discutia a política global da empresa. E o indicado pela Força Sindical vai à sede do BNDES discutir



esse problema, essas coisas. Nunca o BNDES ir para dentro da Força Sindical discutir empréstimos com empresa particular. Esse assunto não é nem para o conselheiro discutir, e sim para a diretoria executiva do BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Para uma questão de ordem, Deputado Paulo Piau.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Apenas para informar que o Presidente do BNDES está arrolado inclusive como testemunha de defesa do Deputado Paulo Pereira. Esperamos que ele compareça aqui, e poderemos fazer essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas é diferente, Sr. Relator. Eu não estou querendo convidar o Presidente do BNDES como testemunha do Paulo Pereira. Estou querendo que ele venha explicar. Convidar para explicar essa coisa. A testemunha do Paulo Pereira é outra coisa. Estou querendo que venha explicar esse tipo de postura do BNDES que está se fazendo. Aí, sim, esta Casa tem o direito de pedir, este Conselho tem o direito de pedir. Saber o que ele foi fazer lá. Se ele foi fazer lá, foi contatado pelo Deputado Paulo Pereira, algum diretor da Força Sindical, ou o representante da Força Sindical dentro do BNDES fazendo *lobby* para que o BNDES fosse lá discutir esse assunto. Isso que nós temos de apurar. Aí, sim, tem ligação, vai ter ligação, sim. Aí tem.

Agora, empréstimo à Prefeitura, o empréstimo foi feito, se não me engano, antes de 2006. O Deputado Paulo Pereira não era Deputado ainda. Não tenho consciência. Nós temos que perguntar ao Deputado Paulo Pereira se ele alguma vez já agiu como lobista. É uma das perguntas que têm que ser feita. Se o Deputado Paulo Pereira agia antes de ser Deputado como lobista, para poder intermediar ligações de Prefeituras com o BNDES.

Deixe-me mudar de lugar porque aqui não posso ver o nosso Relator.  
(Pausa.)

Presidente, nós precisamos ver, literalmente. Tomando toda a visão, literalmente, da força da palavra. (Risos.)

Então, Sr. Presidente, na verdade, o que nós temos que fazer é esse tipo de coisa. Então, nós queremos saber o seguinte: qual a ligação que o Deputado Paulo Pereira tinha com o BNDES para intermediar junto às Prefeituras do interior de São



Paulo? Qual a ligação que teve o Prefeito com o Paulo Pereira e com o BNDES? Se houve alguma operação?

Pelo o que eu vi aí, a contrapartida é 20% da Prefeitura. É isso, Sr. Prefeito?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Vinte por cento.

Quanto foi liberado do empréstimo do BNDES? Em que período foi liberado?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Até abril tinham sido liberados 20 milhões?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Até?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Até abril.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - De?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Desse ano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Até 2006, quanto? E depois de 2006?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não tinha sido liberado nada, porque estava em tramitação ainda.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quando o projeto foi aprovado, então?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Foi aprovada a carta consulta em outubro de 2006...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O contrato estava assinado...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Dezembro de 2007, porque...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Em dezembro de 2007 foi assinado.

Primeira liberação?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Dezembro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dezembro de?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - De 2007.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Assinado e liberado ao mesmo tempo, em 2007?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Aí, o Deputado Paulo Pereira já era Deputado?



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Já.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Já era Deputado, mas ele não tem nenhuma interferência. Teve alguma interferência para agilizar esse processo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Certeza absoluta que não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E por que o senhor atribui a ligação do Deputado Paulo Pereira a este caso?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu não sei porque também nas transcrições não aparece ele falando sobre isso, não aparece nada. Como eu também fui citado nisso e... Você sabe muito bem — eu vou dizer aqui com todo o respeito, eu já fui da Casa, então, eu estou à vontade para falar — que é um tal de assessor vender cota de correio, cota de xerox, ou não foi isso? E depois estourava o problema aqui, e era o Deputado que estava envolvido porque o Deputado mandou vender as suas cotas de passagem, quando tinha cota de passagem. Ou não teve tanto escândalo assim? Você não responde pelo que os outros fazem por você, às vezes. O que você não pode é pagar pela conta pelo que os outros citam você numa conversa. Aí fica meio difícil. A gente sabe muito bem os problemas que vocês têm aqui com assessorias. A primeira coisa que me falaram quando cheguei aqui foi: *“Olha, toma cuidado com a assessoria”*.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Prefeito, eu quero saber o seguinte: esse seu Secretário que coordenou continua seu Secretário e de sua confiança? Do começo até o fim, até agora, continua sendo Secretário?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Sim, e não foi citado no relatório em hipótese alguma, nem da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ele não foi citado?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não apareceu lá? E continua gozando...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Ele que é o coordenador de despesa, ele que faz as licitações, ele que faz todo o processo de tramitação no BNDES.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ele não é ordenador de despesa.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Ele é ordenador de despesa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ele paga?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - A Prefeitura de Praia Grande...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Ele não paga.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Pode. Você não vai me ensinar agora, depois...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem paga é o Prefeito que...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, senhor. Na minha Prefeitura, não. A minha Prefeitura é de uma cidade média...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor delegou para um Secretário...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Foi descentralizado. Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal... Sou louco de ser Prefeito, mas não sou maluco o suficiente para não deixar as pessoas assumirem a responsabilidade do que fazem. Põe na sua cabeça, Deputado, que quando o senhor for Prefeito de uma cidade e for Secretário de Estado, faça a primeira coisa: os outros assumirem o que fazem. E a primeira coisa que eu fiz quando fui indicar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas V.Exa. responde. Mesmo sendo ele, V.Exa. responde também, é co-responsável.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não. Eu respondo politicamente, como eu estou respondendo hoje. Mas juridicamente eu não respondo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Juridicamente também responde.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu não sou ordenador de despesa. Até tomei essas cautelas para evitar problemas, porque sobra para o Prefeito. Se sobrar, sobra politicamente. Agora, o que não pode sobrar é judicialmente e juridicamente por aquilo que você não fez.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Prefeito, eu não vou discutir este assunto. Mas o Sr. Prefeito, pelo fato de nomear, delegar ao Secretário assinar cheque com ele, não passa a responsabilidade de ser ordenador de despesa e nem de ser responsável. O Prefeito não deixa de ser responsável pelos atos da sua Secretaria.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Mas... O senhor já...

**O SR DEPUTA DO JOSÉ CARLOS CARDOSO** - Não vamos discutir este assunto.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Eu só queria complementar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Por que o Jamil foi citado pela Polícia Federal?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Então, isso que eu estou falando. O coordenador de todo esse projeto da juntada de documento, de toda a parte de execução da obra é o Luiz Fernando. Então, vocês não ouviram eu falar nunca dele aí. Na realidade, o Jamil veio, num determinado momento, para o gabinete para coordenar as metas de governo. Então, foi um consenso do pessoal que ele deveria sair da Secretaria de Urbanismo para ser Coordenador de Projetos Especiais. E, entre esses projetos especiais, estavam o de trazer para a cidade um parque temático, a CEASA, um parque industrial aeroportuário. Essas, além de outras, eram metas nossas. Quando havia conflitos em Secretarias, o papel dele era tentar, por intermédio do Gabinete, dar solução para isso. Então, foi aí que ele apareceu nesse processo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k.

Desculpe-me, Deputado José Carlos, por estar tomando a sua palavra, mas é porque é um esclarecimento importante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não, V.Exa. só faz contribuir.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Então, o Jamil era Secretário de Urbanismo na gestão passada, ficou no Urbanismo durante um pedaço de sua gestão, e, depois, foi para o seu Gabinete. É isso?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Foi para o Gabinete para ser Secretário de Projetos Especiais. Aliás, não era nem Secretário, era Coordenador de Projetos Especiais.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - O.k. Obrigado.

Desculpe-me, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Já vou concluir, Sr. Presidente.



Prefeito, pelo que V.Exa. disse, V.Exa. descobriu uma nova fórmula de transferir responsabilidade — calma! Agora V.Exa. ouvir — porque, sendo assim, se passava a responsabilidade para os Secretários, que seriam todos gestores, e o Prefeito não responderia por nada... Calma, Prefeito. Calma! O Prefeito não responderia por nada. Mas há o seguinte: quem continua mandando no Secretário é o Prefeito. O Prefeito manda fazer isso, e o Secretário faz. E ele se exime de qualquer responsabilidade.

Então, eu tenho a impressão de que V.Exa. deve estar com advogados, e, em outra oportunidade, vamos inclusive fazer uma consulta jurídica. V.Exa. tem um advogado, eu também. Vou fazer uma carta depois, mostrando que isso não exime nenhum Prefeito da responsabilidade pelo que os seus Secretários fazem.

Sr. Presidente, quero concluir, agradecendo a V.Exa. e ao Relator a contribuição e a abertura maior do espaço para que possamos compreender bem o que está acontecendo nessa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Registro que já foi assinado também o termo de compromisso com a verdade pelo Prefeito Alberto Mourão.

Antes de passar a palavra ao Deputado Sérgio Brito, quero dizer que, na verdade, há alguns momentos, Deputado José Carlos Araújo, que eu penso que nós estamos aqui prestando contas. Por exemplo, parece que ficou dito aqui nesta reunião que o Deputado não pode ir ao BNDES ajudar a liberar dinheiro para um Município.

Mas, meu Deus do céu! Eu faço isso todas as semanas! Não fui nunca ao BNDES, mas vou aos Ministérios, ando por aí, tentando ajudar os meus Prefeitos! É evidente que nós fazemos isso, meu Deus! E parece que aqui, porque a imprensa está lá, todo mundo está dizendo que isso não pode! Eu faço todos os dias! A imprensa está aí e pode publicar!

Meu Deus do céu! Mas que absurdo é esse? Nós temos obrigação de fazer isso. Os Prefeitos vêm aqui, e eu os pego pelo braço e vou de Ministério em Ministério com eles, e fico com vergonha quando não posso atender a todos. Amanhã mesmo eu tenho uma bateria!



Quer dizer, se a imprensa quer saber, eu, Presidente do Conselho de Ética, acompanho os Prefeitos e tento fazer liberação de recursos e de verbas e de obras em todos os Ministérios. E vou continuar fazendo isso!

Próximo inscrito, Deputado Sérgio Brito.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO** - Muito bem, Sr. Presidente. Parabéns! Querem tirar a nossa obrigação perante os nossos Prefeitos.

Eu sou do Nordeste, V.Exa. é do Sul do País, mas nós também pegamos os nossos Prefeitos e saímos pelos Ministérios, Banco do Brasil, Caixa Econômica, enfim, onde for necessário, buscando recursos para atender os Municípios.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Prefeito Alberto Mourão; colegas Deputados, eu fiquei muito satisfeito com o pronunciamento e as observações do Prefeito Alberto Mourão sobre o que aconteceu em relação a esse contrato da Prefeitura de Praia Grande.

Já anteriormente, o doutor que representou aqui o BNDES, se não me falha a memória... Sr. Relator, como é o nome da pessoa que esteve aqui?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Élvio.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO** - O Élvio já esclareceu alguns pontos — muitos, por sinal — em relação ao trâmite do BNDES com as Prefeituras, com outras organizações, órgãos e tal, e deixou muito claro que a situação desses contratos no Banco é transparente. Eles levam um certo tempo de maturação para serem colocados em prática, como demorou também o de Praia Grande, que foi aprovado em 2006, quando o Deputado Paulo Pereira não era Deputado.

E a nossa questão hoje é saber se o Deputado Paulo Pereira teve alguma participação, ao que V.Exa. já respondeu que não.

O Relator já perguntou se V.Exa. tem conhecimento com o Deputado Paulinho, da Força Sindical, e V.Exa. disse que só profissionalmente, e não como amigo, como pessoa da sua casa. Isso está claro também.

O que eu gostaria de perguntar a V.Exa., mais diretamente, é o seguinte: em alguma ocasião, V.Exa., na condição de Prefeito, recebeu o Deputado Paulo Pereira? E pode tê-lo recebido inclusive como Presidente do sindicato, não é? V.Exa. disse que tem 54 colônias de férias, e é provável que tenha recebido alguma vez o Deputado lá, representando a entidade nessas colônias.





**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, ele nunca foi ao meu gabinete. Nunca foi ao meu gabinete, porque geralmente vinha um ofício da Força, quando havia algum encontro na cidade, convidando o Prefeito para ir a esse encontro. Ia o Governador, iam Ministros de Estado, todo o mundo ia para lá. Até o Presidente da República chegou a ir diversas vezes lá, antes de ser Presidente e até sinalizou algumas vezes que iria lá durante o meu Governo. Então, no meu gabinete eu nunca o recebi.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO** - Há uma pergunta que eu quero fazer para deixar claro nos Anais: alguma vez o Deputado Paulo Pereira pediu ao senhor propina em relação a esse contrato?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não. Nunca falamos sobre isso, quanto menos isso, não é?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO** - Quanto mais sobre propina, não é?

Então, fica claro que não há nenhuma ligação do Deputado Paulo Pereira com o Prefeito Alberto Mourão. Nenhuma ligação. Essa é uma coisa que tem que ficar bem clara aqui.

E nós estamos investigando aqui se houve quebra de decoro parlamentar do Deputado. Então, como o Deputado José Carlos Araújo mesmo disse, nós não estamos aqui para investigar se o Prefeito fez a fez a rua tal, a outra rua tal, a obra tal. Isso não é da nossa competência. A nossa competência aqui é saber se o Deputado Paulo Pereira tem envolvimento na liberação desses contratos.

Como já está claro, Sr. Presidente — e o Deputado José Carlos Araújo estava inspirado hoje e fez todas as perguntas possíveis, inclusive —, eu quero parabenizar o Sr. Alberto Mourão pela sua participação e pela clareza com que respondeu as questões aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, não havendo mais inscritos, eu...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Eu estou inscrito! Como não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Mário Heringer com a palavra.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Prefeito Alberto Mourão, meus companheiros de bancada, eu tenho de retornar mais



uma vez, porque tenho que ajudar neste processo — e devo repetir outra vez que estou aqui em missão pelo meu partido, o PDT, para acompanhar a situação.

Eu gostaria de fazer alguns relatos antes de fazer as perguntas que quero. A primeira é que, quando o nosso nobre Relator, que, aliás, tem feito um belíssimo trabalho, disse que o BNDES não recomenda que se contrate assessoria, isso é agora, ou começou ontem. Digo isso porque fui proprietário de uma empresa, e, numa época — estou contando um caso pessoal — em que precisei de um financiamento, aquele famoso FINAME do BNDES, eu só o conseguiria liberar se tivesse alguém que fizesse a intermediação e montasse a estrutura, que, aliás, era muito complexa na ocasião.

Para deixar bem claro, se a recomendação é de agora, eu tenho de dizer para os senhores que o atual Presidente do BNDES, de quem não tenho nada para falar contra e cuja vida não conheço, é ex-proprietário de uma empresa de consultoria que prestava esse tipo de assessoria — isso está no *site* — com relação à intermediação de ações no BNDES.

Aqui ficou muito claro que a Prefeitura de Praia Grande não contratou a PROBUS e, se alguém contratou a PROBUS, pode ter havido uma terceirização de ações. E isso pode ser procurado. Eu acho que tem.

Mas que fique claro que essas coisas ditas aqui, como disse o Presidente, parece que nos envergonham. Mas isso não pode nos envergonhar. Existe consultoria, sim, e as consultorias são legítimas e têm de receber quando fazem um trabalho de consultoria. Nós não estamos aqui defendendo a posição da ilegalidade e da imoralidade. Então, para nós, isso não é problema.

Há outra coisa que quero observar e para a qual eu gostaria que o Deputado José Carlos Araújo e o Prefeito dessem um minutinho de atenção. Começou aqui um pequeno debate sobre se o secretário tem ou não responsabilidade. Existe, sim, hoje uma briga por isso. E estamos aqui com um projeto pronto para responsabilizar legalmente os secretários, tanto estaduais quanto municipais, para acabar exatamente com essa dúvida. E esse projeto vai ser votado por nós brevemente, porque acaba essa dúvida. Porque, na verdade, há o ordenador de despesa, mas o controlador, o gestor não mora com o sujeito 24 horas e não pode se responsabilizar pelas causas dele. Mas agora há esse projeto de lei para ser votado.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Inclusive há medida provisória aprovada algum tempo atrás segundo a qual o Secretário de Saúde é o gestor do Fundo de Saúde. Esse, sim, é ordenador de despesa.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Esse é ordenador de despesas.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Esse é responsável...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Exatamente para dirimir esse tipo de dúvida está sendo apresentado o referido projeto.

Agora, Sr. Prefeito, eu queria fazer algumas perguntas para deixar claras as posições. As perguntas feitas aqui tiveram bastante claras as respostas, mas me faltam algumas.

A quem o senhor apoiou em 2006 para Deputado Federal, o senhor pode dizer? A não ser que o senhor tenha problema lá com o seu partido.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - *(Risos.)* Quem eu apoiei em 2006?

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Para Deputado Federal em Praia Grande.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu não apoiei ninguém para Deputado Federal nem para Deputado Estadual; aliás, em 2006, apoiei um Deputado Federal e um Estadual, sim. A eleição foi agora, estou esquecendo. Nós tínhamos um...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - O senhor pode dizer quais foram?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Um Vereador da cidade, o Cássio Navarro, e o filho do Prefeito de Itanhaém, Henrique Forssell.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Nenhum dos 2 se elegeu?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - O senhor lembra mais ou menos quantos votos eles tiveram na cidade do senhor?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Cinquenta e oito mil. Ele é o terceiro suplente da bancada.



**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Parabéns pelo seu desempenho.

O senhor disse que com o Paulinho não conversou, não negociou. Alguma pessoa indicou ou o Paulinho pediu a alguém que solicitasse que o senhor recebesse alguém para tratar desse assunto de empréstimo para Praia Grande?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Então, está bom. Porque estávamos...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Mas é certeza absoluta, olhando nos meus olhos, hein?

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sim, estou fazendo isso.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - A Câmara pode votar aqui... Tenho certeza absoluta disso.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Não, é porque faltou perguntar se algum intermediário foi intermediar.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Porque eu acho que isso aqui é um absurdo, não é? Eu acho o seguinte: o Paulinho... E eu falei Paulinho, mas não tenho essa intimidade, porque só estive com ele 3 ou 4 vezes ao longo da minha vida pública de 20 anos.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Mas esse é o apelido profissional dele, não tem problema.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não. Eu sei que estamos aqui para cumprir uma tabela e ter, mas que realmente é um absurdo, é. Então eu diria... Quero deixar registrado que isso aqui não tem sentido. Não estive com o Deputado nunca na minha vida para tratar desse assunto...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - E nem ele pediu ao senhor que recebesse alguém?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - ... e só estive, na minha vida, com ele duas ou três vezes, em atos protocolares, como Prefeito, e ele como Deputado ou como Presidente do sindicato.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - E ele nunca pediu ao senhor que recebesse alguém em nome dele?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não.



**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - É isso que eu queria deixar consagrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, não havendo mais ninguém inscrito, eu declaro encerrada...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Ah, pois não!

Com a palavra o Deputado Paulo Piau para as suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Bom, apenas para ilustrar, leio a declaração do Sr. João Pedro de Moura ao Sr. Juiz em relação ao empréstimo feito às Lojas Marisa:

*“— O empréstimo foi concedido às Lojas Marisa efetivamente?”*

*— Sim, senhor.*

*— Qual o valor?”*

*— Cento e trinta milhões, se não me falha a memória.*

*— E qual foi a comissão da Probus nessa operação?”*

*— Algo em torno de 1,8%”.*

Com relação à Prefeitura de Praia Grande, pergunta o juiz: *“O senhor atuou na concessão de algum empréstimo, pelo BNDES, à Prefeitura de Praia Grande?”.*

Responde o depoente, João Pedro de Moura:

*“Na verdade, uma construtora que tinha feito uma parte de uma obra, que era objeto de dificuldade de ter recursos, contratou os serviços do escritório da Probus, para a elaboração de um projeto ou ajudar na elaboração de um projeto que a Prefeitura estaria pleiteando junto ao BNDES”.*

Pergunta, então, o Juiz: *“O senhor já relatou que não tem conhecimento disso, que, se outro contratou, não foi a Prefeitura de Praia Grande. Muito bem, que construtora é essa?”*

E o depoente, João Pedro de Moura, diz: *“A Termac, se não me engano”.*



Continua o diálogo:

*“— O senhor sabe quem é proprietário dela?”*

*— Não, senhor, não tenho conhecimento.*

*— Seria Zé Carlos Guerreiro?*

*— Acabei conhecendo o Dr. José Carlos Guerreiro depois, ali na Polícia Federal”.*

Cito isso apenas para trazer à luz do conhecimento que realmente a PROBUS, segundo depoimento dado ao juizado pelo Sr. João Pedro de Moura, esteve envolvida no processo de Praia Grande.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte — e me chega aqui às mãos uma... nós não podemos deixar, o Sr. Presidente tomou conhecimento, é coisa da imprensa, que diz o seguinte... Eu vou ler apenas uma parte, uma página do documento do W.E. — W.E. é um prostíbulo do qual o Maneco não é dono efetivo, outros 3 elementos assinam como dono. O nome W.E. inclusive é formado pelas iniciais de 2 nomes que estão envolvidos. O W.E., que é o prostíbulo que a Polícia Federal está investigando, liberou R\$342,00 em passagem aérea para o lobista. Outro registro aponta para os nomes de Alberto Mourão, do PSDB, Prefeito de Praia Grande, e de um assessor dele, Jamil Issa Filho. A Polícia suspeita que Mourão e Issa foram beneficiados do esquema, o que eles negam. Eu estou dizendo isso porque é público, é imprensa, até para que o senhor realmente tenha oportunidade aqui de esclarecer perante o Conselho e, evidentemente, perante a sociedade.

Também a *Folha Online* retrata a mesma matéria dizendo o seguinte:

*“Uma planilha feita à mão e apreendida pela Polícia Federal registra como beneficiários de passagem e estadia, num hotel no Rio de Janeiro, o Prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, do PSDB, seu Secretário de Obras, Luiz Fernando Lopes, seu assessor e ex-Secretário Jamil Issa Filho, entre outros.*

*No depoimento que prestou na última sexta-feira ao Juiz Federal da 2ª Vara Criminal de São Paulo, Márcio Ferro Catapani, Murad também confirmou que a boate*



*pagou R\$1.770,94 referentes ao IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) de um apartamento de João Pedro de Moura, ex-assessor do Deputado Federal Paulinho, PDT, São Paulo.*

*Funcionário da boate também confirmou ter entregue, a pedido do empreiteiro, 2 cheques, cujos valores disse desconhecer, nas mãos de Jamil Issa Filho, ex-Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Praia Grande”.*

Bom, eu estou dizendo isso, volto a repetir, porque é tirado da imprensa. Temos um processo sob sigilo de Justiça, e não revelamos aqui nada, mas a imprensa é pública. Então, é mais para o senhor ter oportunidade de comentar sobre esse relato que a imprensa realmente publicou.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Para uma questão de ordem, Deputado Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, eu cheguei há pouco — tive de sair e voltei — e vejo o mesmo posicionamento, inclusive do nobre Relator, Deputado Paulo Piau. E gostaria de um esclarecimento: o que tais fatos têm a ver com o problema que nós temos em julgamento, que é o do Deputado Paulo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Na verdade, já foi questionado pelo Deputado José Carlos Araújo o que está fora do eixo — e o eixo é o questionamento sobre o Deputado Paulo Pereira da Silva —, e o Deputado Relator deu a primeira explicação.

Peço, então, a S.Exa. que indique o porquê dessa outra pergunta e onde deseja chegar.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - E queria complementar, Excelência, dizendo que não conheço S.Exa. Não conheço...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - O Prefeito Alberto Mourão?



**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - O Prefeito Alberto Mourão. Mas eu me sinto mal em estar nesta Comissão, sabendo que o Prefeito Alberto Mourão veio aqui como testemunha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Certo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Testemunha é a pessoa que conhece alguns fatos porque viu, presenciou ou ouviu dizer, e que importa ao processo. Eu não vejo nessas questões o que importa ao processo. E isso vai nos deixar numa situação muito difícil, pois quanto mais abirmos o horizonte desse processo, maior dificuldade vamos ter de julgar, maior dificuldade vamos ter de apreciar. Acho que deveríamos ser bem mais objetivos, mais sucintos e dizer: "Olha, sobre o que ocorreu tal dia, o senhor tem conhecimento, o senhor viu, presenciou, ouviu falar?" E ele vai dar a informação. Testemunha é isso! Senão, nós vamos ter aqui um parecerista — desculpe-me V.Exa —, que vai dizer: "*Olha, o advogado que está ali ao lado dele faz o papel dele muito bem e, logicamente, o orienta para responder ou não.*" , e é normal, tem que fazer mesmo, é o papel dele. E nós vamos ficar aqui nessa situação completamente fora do limite que seria, na minha forma de ver, com todo respeito ao Deputado Paulo Piau que sabe que merece todo o meu respeito, desorientado.

E aí nós vamos começar a ser, como ele informou, criticados. Eu não tenho medo da crítica. Quem me conhece nesta Casa sabe como eu a enfrento. Mas nós vamos ficar sendo criticados. E nós não estamos aqui para ser criticados. Nós estamos aqui para julgarmos alguém, o que é muito ruim. Eu não gosto de julgar ninguém. Mas nós estamos aqui para julgar.

Agora, para julgar, eu queria ter fatos objetivos, para poder, num determinado, momento dizer: ajo desta forma, ou daquela forma, ante a objetividade do processo. Então, para nos livrarmos disso é que eu estou fazendo esta intervenção. E repito, mais uma vez, com todo respeito ao nosso caro Deputado Paulo Piau, que é o Relator.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - É mais um apelo, Deputado Paulo Piau, para que fique atento à questão do Deputado Paulo Pereira da Silva. Para não...





**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Nós estamos absolutamente dentro do processo do Deputado Paulo Pereira da Silva. Não fugimos uma palavra somente.

Eu queria dizer, Deputado Marcelo, que concordo com V.Exa. na posição, mas este Conselho aqui tem muita dificuldade. Nós já falamos isso inicialmente. E, portanto, o certo é que a Corregedoria desta Casa ou um partido que viesse com uma representação trouxesse todos os documentos prontos. É assim que o regulamento diz. Mas virou tradição nesta Casa, desde a época do mensalão — eu não estava aqui, mas a gente acompanhou —, dos sanguessuga, buscar — e faz parte também das testemunhas — um fato largamente exposto à mídia nacional. E esse é um caso.

E, evidentemente, a Prefeitura de Praia Grande foi citada. E nós temos que buscar o esclarecimento devido. Eu acho que a presença do Prefeito aqui, relacionando com tudo isso, e no caso dessa última matéria que eu li aqui, do prostíbulo, foi exatamente ali onde estava sendo investigado é que isso foi interceptado, e, lamentavelmente, o Deputado Paulo Pereira da Silva é citado pela mídia nacional como sendo receptor de parte dessa propina.

Essa é a realidade. Verdade ou não, isso é fato. Então nós temos que buscar todos os elementos — está certo? —, e não reduzir isso a um fato simples. O Deputado Paulo Pereira da Silva é uma liderança nacional e, portanto, isso é um fato que merece de nós uma atenção muito especial, porque tem uma satisfação a dar para uma sociedade, sim. Eu penso assim. Nós temos que ter coragem de fazer o nosso relatório dentro da verdade e da justiça. Agora, uma satisfação à sociedade.

Nós não podemos é queimar etapas, na minha avaliação, e simplesmente fazer um relatório isentando, porque nós, como Conselheiros, estamos comprometendo esta Casa. Então, a razão pela qual, como Relator, estou buscando todos os elementos é essa. Simplesmente essa; nenhuma outra. Acho que tudo o que foi perguntado aqui — tudo; 100% — tem a ver com as representações que foram vindas, sob o meu protesto de que este Conselho, sem autonomia para convocar e sem autoridade judiciária, como tem uma CPI, acaba ficando com o pepino na mão.

O defeito está lá na Corregedoria, que devia instruir o processo. E a Mesa — é o caso de nos posicionarmos perante a Mesa desta Casa — não deveria aceitar



representação sem fundamento, apenas com instrumentos da imprensa. Não deveria, está certo? Agora, a partir do momento em que veio para este Conselho aqui, nós também temos a responsabilidade de emitir o nosso relatório, dentro da verdade e dentro de tudo aquilo que está se apresentando aqui no nosso Conselho.

Inclusive o Corregedor pediu, Deputado Marcelo, ao Supremo Tribunal Federal todo o processo. Não fomos nós que pedimos, foi a Corregedoria da Casa, os documentos do Supremo Tribunal Federal, que mandou para cá uma maçaroca de dados e de escuta telefônica e de tudo o mais, sob segredo de Justiça. Quer dizer, então o senhor imagina a gente com esse material nas mãos, tendo que emitir um relatório. Não é fácil. Acho que as testemunhas vêm aqui para falar o que elas sabem.

Agora, o senhor pode ter certeza absoluta de que tudo que foi perguntado aqui tem a ver com o processo que nós temos em mãos, seja vindo da representação, seja vindo do material do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Permite?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Deputado Marcelo Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Eu quero deixar claro, Deputado Paulo Piau, que não estou contrário a V.Exa. Eu estou contrário, primordialmente, ao que V.Exa. disse. Se nós não temos competência sequer de convocar uma testemunha... Quando nós trazemos uma testemunha aqui — esta é a minha forma de ver —, nós solicitamos que ela venha. Quando ela vem, eu acho que — eu não digo que V.Exa. não esteja atento — temos que ter toda a consideração com essa testemunha.

Agora, eu não me sinto bem aqui — e vou repetir: não digo que V.Exa. esteja fazendo — a partir do momento em que a gente começa a transformar a testemunha em réu. Eu não posso sentir isso! Eu não posso sentir essa situação e calar-me! Eu costumo dizer aqui: eu agora já estou com 50. Estava com 49 anos de advocacia, e agora tenho 50. (*Risos.*) O problema é grave! Eu não tenho culpa de ter me formado com 25 anos. Então, a minha posição, Paulo... Também dizem aí que eu nasci advogado. Mas eu não estou querendo aqui fazer a defesa. Eu estou querendo é fazer com que nós tenhamos uma objetividade tal que nós não venhamos ser agredidos da forma que nós estamos sendo agredidos, porque esta não objetividade



é que permite uma fala de que nós estamos saindo para um caminho que não é aquele caminho. Então, isso dá impressão de que a gente quer acobertar possíveis erros deste ou daquele Deputado. Muito ao contrário, nós queremos, sim, é que, se tiver errado, o senhor vai me ouvir aqui, eu vou ser o primeiro a pedir a punição aqui do Deputado Paulo. Ou, se alguém passar na minha frente, vou ser o segundo, mas eu vou pedir a punição dele, se eu entender que ele deva ser punido.

Mas, para isso, nós temos que buscar os elementos, e não sairmos do *quid* da questão. Qual é o *quid* da questão? A questão é esta: ele participou ou não participou de uma possibilidade de interferência junto ao financiamento e ganhou alguma coisa? Ponto final. Agora, nós...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Como Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Como Deputado, óbvio, como Deputado. Se ele não foi como Deputado, ele tem que responder para a Justiça comum. E, mesmo Deputado, vai responder para a Justiça comum também, se cometeu um fato dessa ordem.

Então, Deputado Paulo Piau, eu quero, sim, que cheguemos a uma situação. Agora, esse negócio de nós termos essa responsabilidade porque a mídia diz isso, porque a mídia diz aquilo, com todo o respeito à mídia, eu acho que ela tem a posição que deve tomar e que é importante neste País, mas nós não podemos também ficar pautados pela mídia, porque a mídia acha isso, porque a mídia diz aquilo, porque a mídia disse outro. Nós estamos: "*Olha, não vamos fazer isso, vamos deixar de fazer aquilo porque a mídia pode vir dessa ou daquela maneira*". O que nós temos que agir é de forma que tenhamos um resultado positivo no sentido de absolvição ou condenação dentro do que merecer o nosso colega.

Eu sempre lembro o seguinte: nenhum de nós está livre de estar na mesma situação; nenhum de nós está livre de ter uma acusação, muitas vezes injusta, inadmissível. E nós temos esse tipo de acusação aqui. Então, nós temos que tomar muito cuidado na hora de julgar. Eu disse muitas vezes: eu sou Procurador do Estado, por concurso de provas e títulos. Quando eu fiz o concurso, eu poderia ter feito concurso para juiz, para promotor ou para advogado. Eu fiz para advogado, porque eu não me sinto bem julgando; primordialmente, se eu for o promotor. Então,



eu acho que nasci advogado. Tenho esse problema comigo. Não sei se é problema ou é uma solução, não é, colega?

Então, a posição é essa. Eu quero votar, mas entendo que esta Comissão deve ser o mais objetiva possível em relação à causa em que coloca o nosso colega, o Deputado Paulo, na situação de ser julgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Ortiz, há pouco, na sua fala, V.Exa. falou que temos que ver se o Deputado Paulo teve participação na liberação e se teve ganhos, benefício monetário, com essa participação.

Antes — V.Exa. tinha saído e voltou — eu disse o seguinte: que está começando a ficar, aqui dentro desta Comissão, parecendo que um Deputado acompanhar um Prefeito até o BNDES ou até o Ministério da Saúde ou até o Ministério da Agricultura é crime. Eu acompanho os meus Prefeitos todos os dias.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Acabei de praticar um crime agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Exatamente. Então, o que nós temos que deixar bem claro é o seguinte: se ele ajudou a Prefeitura de Praia Grande, eu acho que ele só cumpriu com o seu dever. Quer dizer, ele pode ter ajudado. Não estou dizendo que ele fez. Agora, o que está em questão, na minha opinião, é se ele recebeu benefícios com isso. É isso que está em questão.

Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, eu pedi para fazer esta intervenção rapidamente porque o nobre Relator citou esses textos de jornal e eu quero dizer claramente e toda hora: eu estou aqui em missão mesmo. Eu já li todo o processo que está lá sob segredo de justiça. Então, não estou vazando nada do que está lá. Mas vou fazer uma afirmação categórica: não tem nada lá — não tem nada lá! — que incrimine o Deputado Paulo Pereira da Silva.

Porque quando a gente diz que não está falando aqui as coisas porque tem um segredo de justiça, com relação a Paulo Pereira da Silva não tem nada lá. Eu estou aqui defendendo o Conselho de Ética do PDT e estou vigiando isso com essa conotação: nada tem lá. Então, que não pareça que o segredo de justiça protege o Deputado Paulo Pereira da Silva. O segredo de justiça é por outra razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Professor Ruy Pauletti.



**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - Apenas uma pergunta, antes de tudo. Eu gostaria de saber quais são os próximos passos: quem é que vai ser ouvido, qual é o cronograma e qual é o tempo para encerrar, já que foi prorrogado o prazo.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Foi dia 15 de setembro; foi para 15 de dezembro. São 90 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - O Deputado Paulo Piau responde.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Está prevista para amanhã, Deputado Professor Ruy Pauletti, a oitiva da Presidenta da ONG Meu Guri, Sra. Elza Pereira, e todos os outros membros arrolados como testemunhas, que nós aprovamos aqui neste Conselho os requerimentos, foram convidados. Alguns já disseram que não virão, que não têm nada a acrescentar, inclusive já depuseram à Justiça. Quer dizer, eles lançam os autos da justiça que estão nas mãos do Conselho como a participação deles, e temos que respeitar, porque nós não podemos convocar. Outros estão alegando questão de saúde. O Prefeito, inicialmente, tinha alegado a questão eleitoral, que nós achamos que estava perfeitamente possível, porque isso pode atrapalhar um pleito, de fato, e usar isso lá muito — eu sei disso. Mas ele usou o argumento para vir depois do pleito eleitoral. Perfeito, nós acatamos.

Então, vai depender agora das pessoas que virão ou não. Deve haver ainda, mais ou menos, arroladas... Aliás, há 4 testemunhas de defesa do Deputado Paulo Pereira, que são o Alberto Mourão, o Presidente do BNDES, o Ministro José Jorge, e Wilson Consani. São 4 que ele arrolou como testemunhas de defesa dele. Duas coincidiram... Aliás, mais: o Alberto Mourão, o Wilson Consani, o João Pedro de Moura. O João Pedro de Moura coincidiu. Então, vai depender.

A Secretaria do Conselho agora está confirmando com essas pessoas se virão ou não. Eu acredito que boa parte delas não virão e, se vierem e se manifestarem, nós vamos ouvir como estamos fazendo aqui. Agora, queremos crer que, quem sabe, até meados de novembro, a gente já tenha ouvido essas testemunhas. Nós queremos acelerar esse processo, embora na semana que vem já tenha aí o segundo turno. E nós vamos pular a semana que vem e na outra nós vamos ouvir mais, ou, pelo menos, tentar. E aí vamos partir para o relatório final.



**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - V.Exa. me permite? Eu gostaria que, para a nossa imagem mesmo, esse assunto fosse relatado até o fim deste ano, para não deixar para o próximo ano.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Não, perfeitamente, isso é tranqüilo.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - Há previsão de novamente a Polícia Federal ser solicitada a comparecer por parte do Relator?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Pelo menos, não está previsto, não, Deputado Professor Ruy Pauletti. Nós não pensamos nisso ainda. Poderemos chegar a essa conclusão...

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - Porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - A Polícia não pode falar. Está em segredo de justiça.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - Mas o delegado esteve aqui como testemunha.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Se houver necessidade, podemos aprovar um requerimento. Se houver. Nós vamos discutir sobre isso.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI** - O fato se resume a que a Polícia atirou em quem viu e acertou em quem não viu. Estava tratando de prostituição e chegou a entender que havia envolvimento de outras pessoas não relacionadas com o caso e que uma delas seria o Deputado. Não se trata de saber, meu Presidente, se ele recebeu dinheiro ou não. Trata-se de saber se houve falta de decoro e de ética, porque a falta de ética, às vezes, não é só por recebimento de recursos. É isso que nós estamos vendo. E eu acho que tem que objetivar mesmo, meu caro Relator, para saber se houve falta de decoro ou não.

Eu estou confuso, eu estou confuso. Portanto, eu gostaria... Eu deveria ir amanhã para a Bolívia etc., numa representação da Câmara, mas faço questão de cumprir o meu dever aqui. Vou ficar se for confirmado o testemunho da esposa do Paulinho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, 2 perguntas que eu queria fazer. As contas da Prefeitura de Praia Grande são analisadas e julgadas... Há um Tribunal de Contas no município de São Paulo?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Há.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Há.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Há.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Suas contas de 2007 já foram analisadas?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Já.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E qual foi o resultado?

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - 2007...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O ano de 2007 é este. Então, deve ter que ser análise de 2008.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu nunca tive uma conta rejeitada durante meus 12 anos de mandato.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não, mas eu estou querendo...

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, eu vou completar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas 2007 pode até ser, se não foi analisada.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - O ano de 2007 passou pela auditoria agora. É normal processo de auditoria. Eles vão lá agora durante o mês de julho, agosto, setembro e outubro. Aí fazem um relatório para ser julgado no fim do ano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Até o dia 15 de dezembro têm que ser todas as contas julgadas de 2007.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - É, isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, algumas contas já foram julgadas. As alguns municípios já foram julgadas.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Os menores. Os municípios menores.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Agora, como esse é um dinheiro federal, Sr. Relator, essa verba passa pelo TCU. Seria de bom alvitre que



V.Exa. pudesse fazer uma visita ao TCU e ver esse convênio, que deve ter sido assinado e passou pelo TCU. Ver o que é que o TCU fala sobre esse convênio. O.k?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Senhores, ninguém mais inscrito. Nada mais havendo a tratar, convoco...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Eu gostaria de perguntar se o Prefeito gostaria de responder ou não com relação a essa acusação que houve.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Ele respondeu?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Não, ainda não. Ou, se não quiser responder, também não há problema.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Não, eu tenho nada a esconder...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Mas é mais um direito de sua defesa, inclusive.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu acho que a minha presença aqui mostra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Prefeito, eu já lhe passo a palavra para responder e, ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais.

Está com a palavra.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Bom, eu quero dizer que eu estou aqui como convidado — nem réu sou em nenhum processo. Eu pensei diversas vezes em vir ou não vir, mas eu não tenho nada que esconder. Eu só não quero me expor, mais do que fui exposto durante 3 ou 4 meses. Infelizmente, às vezes você é usado e citado numa ligação e você passa a ser a cruz em que todo mundo vai tacar pedra. Então, não é fácil, gente. É uma vida. É uma situação complicada. Homem público também está sujeito a isso. A gente tem que estar preparado, V.Exa. disse no começo. É óbvio, mas não é tão fácil assim a gente superar todas essas situações. Então, a minha presença aqui foi no sentido de mostrar que não houve nenhuma relação jurídica, política, pessoal com o Deputado Paulo Souza ou Paulo da Força Sindical — sei lá o sobrenome dele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Pereira da Silva.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu não estaria aqui para esconder, porque na verdade não teve mesmo. A tramitação disso foi extremamente não burocrática dentro do BNDES. Foi extremamente burocrática dentro da própria estrutura do PAC, onde envolveu o Ministro das Cidades, envolveu o Ministro da Casa Civil,





envolveu todos os Ministérios. Vocês, Deputados, sabem como é que foi a tramitação disso. O Presidente Lula fez reuniões nos estados. Ministro fez reuniões nos Estados para liberar isso. Depois foi o Presidente Lula lá. Então, as coisas não foram assim como as pessoas estão imaginando. Fizeram muito auê em volta disso e, quando eu vejo, às vezes, essas coisas, suponho. E a própria Polícia Federal aqui, num depoimento nesta Mesa, falou que ele supôs. Isso ele disse num depoimento nesta Casa: que ele supôs. Eu não posso supor. Eu não posso fazer isso. Então, eu diria o seguinte. É óbvio que acaba tendo problemas. Esta Casa, nessa passagem... Eu, quando teve essa notícia dessa coisa, eu fui procurar tudo o que tinha acontecido e levantei todos os meus processos de viagens de 2006 e 2007. Realmente, faltava essa passagem. Fiquei intrigado com isso. Depois de fazer 28 viagens a serviço da Prefeitura, durante 2 anos, será que o Prefeito precisa de uma passagem de 350 reais!? Gente, eu posso viajar de executiva e ficar no melhor hotel. Não vou fazer isso. Não faço isso, certo. Para que eu iria pedir para alguém pagar minha passagem para qualquer lugar? Essa é a primeira pergunta que faço. Eu fiquei sem resposta, porque, como o meu assessor foi demitido no dia seguinte, eu esperei o depoimento dele. O depoimento na Polícia Federal está sob sigilo de Justiça. Mas, como sou o interessado... Eu vou falar, porque é indagação minha. A alegação dele é a de que ele queria ir na viagem, então, ele mandou tirar essas passagens e pediu para um amigo dele comprar as passagens. E ele era amigo do Maneco, desse Maneco, e comprou essas passagens com ele. Quer dizer, são esses absurdos que o cara faz. Ah! Mas você não sabe da passagem!? Os senhores sabem muito bem que, quando se chega hoje para fazer o *check-in*, não se precisa da passagem mais. Com o RG, CIC ou qualquer documento, retira-se a passagem na hora. É só apertar o botão que sai o seu tíquete de embarque. É o que a gente faz. Portanto, para mim, eu diria que isso é o que tenho para relatar sobre esse fato. Então, estou tranquilo em relação a isso. Não seria esse o fato de desvio de verba pública. E a certeza absoluta de que não houve desvio de verba pública eu tenho — certeza extremamente absoluta. Então, estou muito tranquilo em relação a isso, não tenho preocupação em relação... As auditorias já foram feitas pelo Tribunal de Contas do Estado, que é muito rigoroso no Estado de São Paulo. Esse problema eu não tive. E dizer que eu queria pedir desculpas ao Deputado José Carlos Araújo,



porque eu não quis debater com S.Exa. a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal nem nada e também nunca me furtei e nunca quis passar e dividir responsabilidades. Eu sou suficientemente responsável para dizer o seguinte: nós estamos juntos. Só que, quando eu fui Prefeito pela primeira vez, eu sempre tive esse problema que o Deputado levantou aqui: alguém faz um ato administrativo e você paga lá na frente, politicamente e administrativamente. Eu tive sempre a cautela de dizer o seguinte: eu quero assumir a responsabilidade em conjunto. Quando você passa a ordenação de despesa, através de Lei Orgânica Municipal e da autonomia que o Município tem, você passa a responsabilidade ao seu companheiro também, em conjunto. Lógico que nós dois somos... Então, o que eu queria dizer para o senhor é que eu não queria abrir esse debate em conjunto. Só que isso faz com que as pessoas tenham mais cautela no seu trabalho administrativo, que é fundamental. É uma forma de você ter um freio na administração e você realmente colocar as pessoas em seu devido lugar. Não é, Reinaldo? Aliás, ele foi um dos autores dessa mudança, logo que nós chegamos à Prefeitura, no primeiro ano de mandato.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Prefeito, só um aparte. O que eu estava dizendo é exatamente isso: que o Prefeito não se exime da responsabilidade quando um Secretário comete qualquer deslize, e o Prefeito nem sabe. Então, o que o Prefeito faz? Delega ao Secretário. Mas isso não resolve o problema, porque, se o Secretário quiser fazer alguma coisa, ele fará, e o Prefeito vai responder. É isso o que eu quis dizer.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Sim.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não tem como... Não tem como um Prefeito que foi eleito por 4 anos para ser gestor, ele não tem como tirar esse ônus das costas.

Já os Governadores e o Presidente da República, as contas, quando são analisadas pelos Tribunais, são analisadas em cada Secretaria. Às vezes, aquela Secretaria tem uma ressalva ou alguma coisa, mas também vai para as contas do Governador. Mas também vai a ressalva para as contas do Governador. Não é só da Secretaria que tem a ressalva, mas na conta do Governador ou do Presidente da República. Ele continua sendo co-responsável pelas suas contas.



**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Eu só quis me referir a que, a partir disso, as pessoas tomam mais cautelas. Quando você paga sozinho, é só uma pessoa com responsabilidade. Quero agradecer ao Presidente Sérgio a acolhida, assim como ao Relator. Eu queria dizer ao Relator que fiz uma oferta à Casa de mandar uma certidão de que essa empresa não foi contratada pela Prefeitura; mandar a cópia da carta do BNDES aprovando em 2006 o financiamento junto à Prefeitura. Eu tinha solicitado um outro documento...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - A carta consulta inicial. Se o Relator achar necessário ter esse documento, eu posso mandar, por ofício.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Perfeitamente.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** - Está bom, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sérgio Moraes) - Convoco os senhores membros do Conselho para a reunião de amanhã, dia 15, às 14h30min, no Plenário 1, para a oitiva da Sra. Elza Pereira.

Declaro encerrada a presente reunião.